



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1276

EROTISMO E PORNOGRAFIA NA DITADURA MILITAR: REVISTAS MASCULINAS E A AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES

Anderson Francisco Ribeiro
(Doutorando Unesp-Assis)

Resumo:

Intensamente discutido, o lugar da pornografia na sociedade brasileira foi, aos poucos, proibido, re-articulado e ressignificado durante toda a época da ditadura militar. Tal fato ocorrera em setores diversos, como na imprensa, na literatura, no teatro, na medicina, no direito e, também, na política, tanto através das grandes e pequenas editoras e jornais, quanto das pessoas que produziam artesanalmente a pornografia. A “revolução sexual”, juntamente com a “nova imoralidade” estrangeira, trouxeram novos questionamentos e novas formas de identidades ao Brasil, e entraram diretamente em choque com a cultura cristã, de forma a tornar cada vez mais difícil o diálogo entre tradição e modernidade, traduzindo-se em uma guerra constante para a afirmação das identidades. Entre os periódicos, as revistas erótico-pornográficas se tornaram um importante espaço na luta da afirmação das identidades. Dessa forma, com a chegada de várias influências estrangeiras, como as revistas conhecidas como *tijuanas-bibles* e a revista *Playboy* (EUA), a revista *Private* (Suécia), a revista *Penthouse* (Inglaterra) e os desenhos *mangás* (Japão), colocaram em cheque alguns pontos do projeto de modernização brasileira. Para essa empreitada usaremos os estudos históricos genealógicos de matriz foucaultiana. Entre as publicações, revistas de cunho erótico começaram a ser publicadas com discurso normalizador, como a revista *Ele Ela* (1969), *Status* (1974), *Homem* (1975), e *Playboy* (1978), e outra mais explícita, hardcore, transgressora de discursos e consumida principalmente pelas classes populares, como os “catecismos” de Carlos Zéfiro (década de 50 a 70), assim como as publicações das editoras Edrel (São Paulo) e Grafipar (Curitiba-PR).

Palavras-Chave: Erotismo; Pornografia; Foucault; Identidades.

Financiamento: Capes

Introdução

Como é possível perceber, a cultura brasileira foi aos poucos invadida pela pornografia, seja através das revistas de variedades, como dos comerciais de TV, produções cinematográficas e também artísticas durante todo o período da ditadura militar.

Diante de tais posições, o objetivo, aqui, consiste em desnudar os discursos proferidos, dispersos na sociedade, e demonstrar que a definição de pornografia, passou aos poucos, a ser uma constante luta de afirmações que procurara fundar um discurso do verdadeiro sexo, do “verdadeiro” homem brasileiro moderno, em um constante jogo de poder entre tradição e modernidade.

Entre os periódicos, as revistas erótico-pornográficas se tornaram um importante espaço na luta da afirmação das identidades. Dessa forma, com a chegada de várias influências estrangeiras, como as revistas conhecidas como *tijuana-bibles* (EUA-México), a revista *Playboy* (EUA), a revista *Private* (Suécia), a revista *Penthouse* (Inglaterra) e os desenhos *mangás* (Japão), colocou em cheque alguns pontos do projeto de modernização brasileira, este que não incluía a pornografia como parte da cultura brasileira oficial.

Com isso, tradições começaram a ser questionadas, o que abriu o Brasil a novas formas de se relacionar com a sexualidade, sendo necessário, então, o controle sobre esse discurso. Para essa empreitada usaremos os estudos históricos genealógicos de matriz foucautiana. Entre as publicações, revistas de cunho erótico começaram a ser publicadas voltadas principalmente para uma elite e com discurso normalizador, como a revista *Ele Ela* (1969), *Status* (1974), *Homem* (1975), depois transformada na revista *Playboy* (1978), e outra mais explícita, *hardcore*, transgressora de discursos e consumida principalmente pelas classes populares, como os “catecismos” de Carlos Zéfiro (década de 50 a 70), assim como as publicações das editoras Edrel (São

Paulo) e Grafipar (Curitiba-PR). A partir de tais revistas, pretende-se com este trabalho situar as contribuições desses periódicos para conhecer o lugar do erotismo e da pornografia na identidade sexual dos brasileiros.

No caso das histórias de Carlos Zéfiro e os quadrinhos da Editora Edrel/Grafipar aparecem como uma ferramenta ficcional importante para o estudo da *Sociedade do Espetáculo*(DEBORD,2003). A HQ tem sido estudada sob diversas vertentes em estudos históricos, principalmente como um objeto cultural, seja através dos Estudos Culturais que analisam a indústria cultural (as mídias, a comunicação social e a cultura de massas), ou das recentes pesquisas na área da História Cultural, que trata de HQs em articulação com o seu contexto de produção e consumo. Há, juntamente, os estudos nas áreas da Linguística, da Análise do Discurso e da Antropologia Social e da Imagem. No campo historiográfico sua inserção tímida se deu na “crise dos paradigmas”, e com a Nova História e o advento de uma denominada História Cultural, em que houve um alargamento dos objetos e temáticas, abarcando produções antes rechaçadas.

Recusando a noção anterior de documento, a qual priorizava registros oficiais e predominantemente verbais, as noções de fonte histórica se expandiram, tornando possível a análise desse tipo de periódico¹.

Os quadrinhos, no período da ditadura, já estavam sob vigilância. Já em 1965, o general e historiador Carlos Studart Filho², do Instituto do Ceará, publicara na imprensa uma série de artigos que repercutiam o livro "Seduction of the Innocent"(CHIEN, 2015)³, do psiquiatra norte-americano Frederic Wertham(1895-1981), e também levou-o a publicar seu livro *A História em quadrinhos e seus malefícios*. Segundo essa obra, as Histórias em Quadrinhos eram sinônimo de delinquência. "As histórias em quadrinhos não endeusam apenas a violência e o crime. Ensinam as técnicas adequadas a praticá-los":

[...] o renomado psiquiatra Frederic Wertham publicou A Sedução dos Inocentes, que descrevia em detalhes os "efeitos nefastos" dos gibis sobre as crianças. A saber: fomentavam a delinquência juvenil, a discórdia entre irmãos, o mau hábito da garotada de não comer legumes e verduras e, se isso não bastasse, de estimular o homossexualismo. O livro incentivou o Congresso a vasculhar a indústria das HQs e a colocar Batman e Super-Homem no banco de réus.[...] Com a publicação de A Sedução dos Inocentes, revistinhas

foram queimadas em público no estado de Nova York. Um comissário de polícia de Detroit, Harry S. Toy, declarou que os gibis estavam infestados de ensinamentos comunistas. Os distribuidores começaram a devolver os exemplares. O rebu serviu de estopim para que o Congresso instituisse uma subcomissão de investigação dos quadrinhos. As editoras, temendo uma regulamentação do governo, criaram o *Comics Code*, código de autocensura.(OPPERMANN, 2004)⁴

Essas regulamentações também chegaram ao Brasil, mas entraram em guerra com as publicações de caráter “abrasileirado”, de Minami Keizi e Cláudio Seto, que ganharam dinheiro com dezenas de títulos de vendagem expressiva.⁵ A editora Edrel, além de publicar 100% de material nacional, criou uma série de discussões sobre os quadrinhos nacionais, como se pode observar em seus editoriais. A mesma trouxera uma produção que fora articulada por descendentes japoneses, estes que liam mangá desde a infância. Com isso, trouxera novas formas de produzir erotismo e pornografia. No livro de Gonçalo Jr., *Maria Erótica e o Clamor do sexo*(GONÇALO JR, 2010)⁶, é contada tal história do *mangá* no Brasil. Ilustradores como Claudio Seto e Fernando Ikoma criavam temas polêmicos, como incesto e lesbianismo, fizeram adaptações de escritores como Bocage, e também de histórias infantis, e estabeleceram definições de sadomasoquismo e *bondage* com a famosa heroína Maria Erótica.(Maria Erótica, 1979, p.4)⁷

A partir destas contestações, para utilizar as HQs eróticas como um documento histórico é necessário reconstituir esse universo de heroínas sexuais e homens viris que tentam dominar o mundo. Além de considerá-la como uma representação social, percebemos como essa fonte funciona enquanto produtora de memórias. Ela se torna uma transgressora de discursos por ser capaz de falar aquilo que não pode ser dito no público, e acaba por estabelecer as regras de como o homem deveria ser. Para isso, precisamos analisá-la enquanto linguagem e examinar seu(s) discurso(s):

Nem retrato fiel da realidade, nem narrativa falsa e distorcida da história: a imprensa é compreendida como prática social, como um campo no qual estão em jogo diferentes projetos e devires, diferentes linguagens e representações do mundo. Os estudos sobre a imprensa fazem refletir também sobre a diversidade de jornais e periódicos que, ora questionando o poder hegemônico, ora fazendo parte dele, engendram práticas políticas, procuram mudar a opinião

de seus concidadãos – posicionam-se nas lutas do seu tempo. Aos grandes e aos pequenos periódicos, organizados segundo os moldes capitalistas ou publicados por minoritários grupos sociais, sem a regularidade das edições e dos patrocínios, cabem às mesmas perguntas: quais são, por que e para quem são produzidos, que projetos (políticos, sociais, culturais, econômicos) buscam tornar realidade e que memórias sociais buscam construir, reforçar ou silenciar.⁸

Essa análise se torna singular por diversos motivos. As revistas eróticas ou pornográficas recorrem às diversas possibilidades dos dizeres sobre a sexualidade, encontradas em todo o tecido social, das classes populares às classes dirigentes, os periódicos não apresentam apenas técnicas de dominação de conteúdo, mas também abrem espaços para os diversos dizeres dos indivíduos nas revistas e jornais em seção de cartas, nos artigos de opinião, ou mesmo em entrevistas, naquilo que chamaremos de lugares de “verdade”.

Esses lugares de “verdade” são espaços nos quais os indivíduos podem produzir informações, contar histórias, desenvolver um discurso detalhado sobre como vê a sexualidade, sendo possível aí encontrar diversas “*técnicas de si*”⁹. Nas revistas eróticas abrem-se um espaço específico para que o leitor dê sua opinião – é claro que estamos cientes das existências de edições na fala – mas, mesmo assim, aquilo que foi dito pelos leitores através das revistas mostram que, em muitas vezes, era possível escaparem do controle social exercido pela censura e pelo governo.

A relação entre as técnicas de dominação e as tecnologias de si tornam-se uma importante contribuição para o estudo da história e para entender melhor jogo de verdade/mentira:

Se quisermos analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental, é preciso considerar não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas de si. Devemos mostrar a interação que se produz entre os dois tipos de técnicas. Talvez eu tenha insistido demais, quando estudava os hospícios, as prisões etc., nas técnicas de dominação. É verdade que aquilo que chamamos de ‘disciplina’ é algo que tem uma importância relativa neste tipo de instituições. Porém ela não passa de um dos aspectos da arte de governar as pessoas em nossas sociedades. Tendo estudado o campo do poder tomando como ponto de partida as técnicas de dominação, gostaria de estudar durante os próximos anos, as relações de poder partindo da técnica de si. Creio que, em

cada cultura, a técnica de si implica uma série de obrigações de verdade: é preciso descobrir a verdade, ser esclarecido pela verdade, dizer a verdade. E outras tantas imposições quer para a constituição, quer para a transformação se si.(FOUCAULT, 2010, p.95)

No momento das transformações, e também modernização dos discursos, esses lugares de “verdade” aparecem com a multiplicidade de produções erótico-pornográficas disponíveis e lugar para o desenvolvimento das técnicas de si. Os leitores poderiam reclamar das revistas, sugerirem de temas, opinarem, esclarecerem suas dúvidas e discordarem dos textos científicos. Essa abertura de discursos foi possível em plena ditadura militar. Mas essa possibilidade do discurso não aconteceu apenas nessas revistas, mas também em programas de controle social, nas mudanças no sistema de proteção social, nos discursos sobre a saúde pública, e de assistência médica e também na modernização dos sistemas penais que estavam presentes na criação de instituições, e nos discursos de ministros e presidentes.

A coexistência, no seio da sociedade brasileira, de vários discursos conflitantes com uma produção discursiva em expansão e extremamente confusa em seus significados, demonstram uma certa preocupação com a invasão da sexualidade e da pornografia vinda do exterior, pois influenciaram visivelmente as produções artísticas e culturais, e, por fim, fez com que tivessem “origem” as revistas ilustradas ao público masculino, que fizeram com que se modernizassem a visão sobre o homem brasileiro:

Francesas, inglesas, americanas, canadenses, italianas, alemãs, japonesas e argentinas são oferecidas todo mês a um público que paga de 6 a 15 cruzeiros novos e cujas preferências seguem um critério bem simples: a melhor revista é a que tem mais mulheres. Para escolher, há umas trinta publicações – mais de 5 mil exemplares -. Trazendo em média entre 100 e 120 poses nas suas setenta ou oitenta páginas.

Nem sempre é fácil dizer o que é o que na enxurrada de títulos disponíveis numa banca. Para o Juizado de Menores de São Paulo, que de 1961 a 1966 proibiu a venda de 85 publicações, trata-se de literatura “altamente imoral, ofensiva aos bons costumes e de caráter obsceno”. Mas há quem prefira distinguir revistas eróticas e revistas pornográficas. “As primeiras”, diz o publicitário Roberto Duailibi, diretor da Standard Propaganda, “mostram a beleza, a nudez e a sensualidade num contexto de sofisticação e cultura. As outras exploram o erotismo sem inteligência nem bom gosto.” (Revista Realidade, 1968, p.15)

Essa distinção sempre remete a uma dissociação entre “beleza, nudez, sensualidade, sofisticação e cultura” e outra “sem inteligência, nem bom gosto”, ou seja, existe uma que é aceita pelas classes dirigentes, pela burguesia e outra que não é taxada, desqualificada com o nome de “pornografia”. Muitas dessas revistas eram importadas, trazidas muitas vezes por contrabando¹⁰, e feriam a moral e os bons costumes, consideradas revistas de “mal gosto”, imorais e subversivas.(BOURDIEU, 1983). Essa moral era mais uma luta semântica e seus significados, do que apenas censura por parte do governo. Ao analisar as revistas pornográficas, os jornais, os documentos e a legislação, percebe-se que o governo não queria proibir a pornografia, mas controlá-la. Intentavam a controlar suas imagens e seus discursos. Como mostram os documentos do boletim do SNI, a pornografia foi vista, controlada e selecionada bem de perto, e não suas imagens, mas suas capas, seus assuntos discutidos.¹¹

O governo colocou a pornografia como um mal a ser observado. Foi associada a uma tecnologia do sexo através da medicina das perversões e programas de eugenia criando a figura do perverso sexual ligando a sexualidade periférica à uma condição patológica e até mesmo nociva a sociedade:

[...] O conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência constituiu o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo. E não se imagine que se tratava apenas, de uma teoria médica cientificamente insuficiente e abusivamente moralizadora. Sua superfície de dispersão foi ampla e profunda a sua implantação. A psiquiatria, mais a jurisprudência, a medicina legal, as instâncias do controle social, a vigilância das crianças perigosas, ou em perigo, funcionaram durante muito tempo “pela degenerescência”, pelo sistema hereditariedade-perversão. Toda uma prática social, cuja forma ao mesmo tempo exagerada e coerente foi o racismo de Estado, deu a essa tecnologia do sexo um poder temível e longínquos efeitos. (FOUCAULT, 1988, p. 129-130)

Por outro lado, no nosso caso, a proposta se aproxima daquilo que Foucault propõe, a respeito do estudo das grandes famílias de enunciados que se impõem, como a medicina, ou a economia, ou a gramática e seu sistema de formações discursivas, perguntando como elas poderiam formar uma unidade

coerente. Nas busca desta resposta, Foucault propõe um campo de possibilidades estratégicas:

[...] Deparei-me, entretanto, com séries lacunares e emaranhados, jogos de diferença, de desvios, de substituições, de transformações. Em um tipo definido e normativo de enunciação? Mas encontrei formulações de níveis demasiados diferentes e de funções demasiado heterogêneas para poderem se ligar e se compor em uma figura única e para simular, através do tempo, além das obras individuais, uma espécie de grande texto ininterrupto. [...]. Ou, ainda, em lugar de reconstruir cadeias de inferência (como se faz frequentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer quadros de diferenças (como fazem os linguistas), descreveria sistemas de dispersão.(FOUCAULT, 1987, p.42-43)

Essa dispersão pode ser vista desde a invenção da pornografia moderna através da publicação de imagens e textos juntos iniciada na Itália em 1500 durante o início da Idade Moderna com Pietro Aretino, da qual, a pornografia nunca mais parou de expandir-se. (HUNT, 1999)

Com as novas tecnologias de impressão cada vez mais sofisticadas, os diversos modos de produzir pornografia dos vários países trouxeram ao Brasil uma modernidade globalizada com influências de sexualidades, cores, imagens, estilos e visões de mundo ainda não conhecidas aqui. Regras próprias foram criadas para a sua existência, drapeadas, escondidas, dissimuladas nos contornos e desconchavos das diferentes práticas que aqui se sucederam. Essa espetacularização do que é considerado estranho ou bizarro revela uma curiosidade que, muitas vezes, é usada principalmente para cavar abismos entre as culturas e demarcar as fronteiras entre um “nós civilizados” e os “outros bárbaros”, entre erótico e pornográfico, sejam estes outros internos ou externos ao grupo que assim os julga.

É exatamente nesse momento que ocorre um regime de visibilidade, ao qual foi (e continua sendo) submetida à pornografia nos tempos modernos. Isso esteve (e está) associado à intensificação da produção discursiva sobre esse objeto, que faz com que os fenômenos relacionados à produção pornográfica passem a ser descritos, ordenados, medidos, calculados, categorizados, o que torna a pornografia alvo de determinadas instituições e foco de tecnologias de poder.

Notas

¹ A Universidade se rendeu à pesquisa dos quadrinhos como mostra a fundação em 1990, o Núcleo de Pesquisa em Quadrinhos, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. (NPHQ/ECA/USP).

² CARLOS STUDART Filho. Nasceu em Fortaleza, no dia 17 de junho de 1896.

³ "Sedução do inocente" foi publicado em 1954 e alertou os leitores de que os quadrinhos seriam uma forma ruim de literatura popular e um sério fator da delinquência juvenil. Entre suas teses, Batman e Robin eram homossexuais, a Mulher Maravilha estava ligada a "subversão sexual" e a sua independência era a definição de que era lésbica e o Super-Homem era fascista e anti-americano. CHIEN, Nobu. Reinterpretando Whertam. *Influência de Seduction of the Innocent nos estudos de quadrinhos no Brasil*. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/anais2ajornada/anais2asjornadas/anais/10%20-%20ARTIGO%20-%20NOBU%20CHINEN%20-%20HQ%20E%20HISTORIA.pdf> Acessado em: 09/03/2015

⁴ OPPERMANN, A. O doutor que odiava heróis. In. *Revista Superinteressante*. Ed. 201, jun/2004. Disponível em: super.abril.com.br/superarquivo/2004/conteudo_124555.shtml. Acesso em 07/04/2014.

⁵ Eles chegaram a ter 40 títulos nas bancas no começo da década de 1970.

⁶ GONÇALO JUNIOR. *Maria Erótica e O Clamor do sexo*. Imprensa, Pornografia, Comunismo e Censura na Ditadura Militar 1964/1985. São Paulo: Peixe Grande, Editorativa, 2010. "´Maria Erótica´ foi seu trabalho de conclusão, no curso de jornalismo, em 1993. O livro a ´Guerra de Gibis´ nasceu como introdução ao tema. Gonçalo Junior é o grande pesquisador a história dos quadrinhos no Brasil. O texto original tinha 960 páginas. Caiu para 630, para ser aceita pela banca de professores. "De lá pra cá, o projeto mudou muito. É um trabalho que comecei quase adolescente. À medida que fui amadurecendo, cronológica e psicologicamente, tentei melhorá-lo, tentando ouvir novamente minhas fontes. Consegui voltar a absolutamente todos os entrevistados. De 1996 até março desse ano, me empenhei de fazer o texto final", relembra. Disponível em: <http://rquadrinhos.blogspot.com.br/2010/12/seducao-dos-inocentes.html> Acessado em: 19-08-2014

⁷ "Maria Erótica. Desapareceu repentinamente em fins de 1972. O misterioso fato criou polêmica entre os leitores, colecionadores de gibi, críticos de quadrinhos, editores, autores amigos do autor, políticos, líderes sindicais. C.I.A e K.G.B. entre outros. Enquanto alguns levantaram a hipótese de que ela teria sido sequestrada pelo King Kong, outros diziam que Maria fora trocada pela Petrobrás por barris de Petróleo árabe. Muitos leitores nos escreveram que ela largou os quadrinhos para trabalhar nas novelas da Globo, outros que ela teria se alistado no exército sandinista. Afinal, qual é a verdade que envolve seu desaparecimento? Nós só sabemos que:[...] ...Maria Erótica, assim como desapareceu repentina e misteriosamente, surgiu em uma praia deserta (será que os banhistas também estão em greve?) Em uma noite primaveril do ano da graça de 1979. Ano Internacional da Criança. Maria Erótica." Grafipar. Nº4, 1979 p.4

⁸ Estudos de Imprensa no Brasil: I Seminário de Pós-graduandos em História da UFF p.8 A imprensa como fonte histórica. A partir de meados da década de 1980 iniciou-se a publicação de diversas pesquisas que seguiam essa linha na análise da imprensa. Das produções mais recentes no tema, ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História do Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007; LUCA, Tânia Regina de & MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa". Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n.35, 2007, p. 255-272; MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008; LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)visita(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Assis-UNESP, Tese de Livre Docência, 2009.

⁹ Demos levar em consideração que Foucault mudou a sua pesquisa nos volumes 2 e 3 do projeto de História da Sexualidade, mudando de uma genealogia para uma pesquisa baseada na estética da existência e nas tecnologias de si (saber-consigo).

¹⁰ Como veremos a pornografia já aparece desde antes do golpe militar, o comércio de revistas importadas, sendo transportadas de modo que não fossem encontradas. Em 1962 a pornografia já aparecia no Diário do Paraná, mas observamos que aparecem com o nome de “livros pornográficos”, “literatura”, “livros obscenos”. Não diz se há revistas, ou mesmo se contém imagens em Pornografia Apreendida: “Grande quantidade de livros de matéria pornográfica foi apreendida pela polícia, ontem em poder de Gecy Rodrigues da Silva (23 anos, procedente de São Paulo) e Luis Pinão (33 anos, da mesma procedência), os quais se encontrava, hospedados no Lord Motel e alegaram, em sua defesa, que apenas transportavam a {literatura} para Porto Alegre, em seu automóvel. Ambos tinham sido detidos por suspeita de furto do veículo que usavam, de propriedade da amante de Gecy, quando então foram encontrados os livros. Foram indicados em inquérito policial, por determinação do delegado Paulo Sotto Maior Lagos, por comerciar com livros obscenos”. Diário do Paraná. Curitiba, Sábado, 18 de agosto de 1962

¹¹ Em 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações - SNI, mediante a Lei nº 4.341, cujo texto lhe atribuía a função de "superintender e coordenar as atividades de Informações e Contra-Informações, em particular as que interessem à Segurança Nacional". É interessante observar os Boletins de 1970-71, nos quais, parte desse relatório mostravam as principais notícias procuravam as notícias da revista Ele Ela e suas repercussões, provando que o sexo era sim uma preocupação constante.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo, Ática, 1983.
- CHIEN, Nobu. **Reinterpretando Whertam**. Influência de Seduction of the Innocent nos estudos de quadrinhos no Brasil. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/anais2ajornada/anais2asjornadas/anais/10%20-%20ARTIGO%20-%20NOBU%20CHINEN%20-%20HQ%20E%20HISTORIA.pdf> Acessado em: 09/03/2015
- CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. São Paulo: EDUC, n.35, 2007.
- Diário do Paraná**. Curitiba, Sábado, 18 de agosto de 1962
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**. A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988
- FOUCAULT, Michel. Sexualidade e Solidão. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos**. Vol V. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- GONÇALO JUNIOR. **Maria Erótica e O Clamor do sexo**. Imprensa, Pornografia, Comunismo e Censura na Ditadura Militar 1964/1985. São Paulo: Peixe Grande, Editoractiva, 2010.
- HUNT, Lynn (org.). **A invenção da pornografia: obscenidades e as origens da modernidade, 1500-1800**. São Paulo: Hedra, 1999.
- IANNONE, Leila Rentroia; IANNONE, Roberto Antonio. **O mundo das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Moderna, 1994.
- LUCA, Tânia Regina de & MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008
- LUCA, Tania Regina de. **Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Assis-UNESP, Tese de Livre Docência, 2009.

LUYTEN, Sonia M. Bibe. **O que é história em quadrinhos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Maria Erótica. Grafipar. Nº4, 1979

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008

MONTEIRO, Fernando. VIII Sócios Falecidos. General Carlos Studart Filho. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Nº 355 – Abril-Junho, Brasília –Rio de Janeiro, 1982.

MOYA, Álvaro de. **Shazam!** 3. ed. São Paulo: Perspectiva 1977.

_____. **História da história em quadrinhos**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OPPERMANN, A. O doutor que odiava heróis. In. **Revista Superinteressante**. Ed. 201, jun/2004. Disponível em: super.abril.com.br/superarquivo/2004/conteudo_124555.shtml. Acesso em 07/04/2014.

RAMA, Angela, et al. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

Revista Realidade. Uma publicação da editora Abril. Junho de 1968. p. 15

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História do Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

SILVA, Marcos Antonio. **Prazer e Poder do Amigo da Onça**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.